

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.712, DE 2014

Altera o art. 137 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

Autor: Deputado Paulo Pimenta

Relator: Deputado Lincoln Portela

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paulo Pimenta, amplia o conteúdo do art. 137 da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral), a fim de que os órgãos públicos e propriedades privadas a serem utilizados para o funcionamento das mesas receptoras de votos nas eleições também fiquem disponíveis para o recebimento do material de votação a ser entregue à Justiça Eleitoral pelos Presidentes das Seções Eleitorais, após o encerramento da votação.

O Autor justifica sua proposição aludindo que na realização das Eleições, especialmente nos municípios com grande número Seções Eleitorais, os Juízes Eleitorais costumam ter de solicitar a órgãos públicos e muitas vezes às instituições privadas, a título de colaboração com a Justiça Eleitoral, a cedência de ginásios ou salões, para o fim de receber os materiais de votação, a saber: os cadernos de votação, as mídias de resultado da votação, os boletins de urna, etc, que ordinariamente são entregues aos Cartórios Eleitorais, após o encerramento dos pleitos. Os juízes eleitorais ficam restritos a ter de solicitar a cedência dos ditos edifícios, porque não consta no Código Eleitoral a previsão legal de utilização de edifícios públicos e privados para essa finalidade.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que deve dar parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, bem como opinar sobre o mérito, consoante o art. 32, inciso IV, alínea e do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, verifico que estão obedecidos os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União (art. 22, I) às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, *CF*).

No que tange à constitucionalidade material, também constato que a proposição não afeta nenhum princípio ou norma constitucional.

Relativamente à juridicidade, não vislumbro qualquer óbice ao seu prosseguimento.

No que tange à técnica legislativa, constato que a proposição necessita de reparos, a fim de atender às prescrições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 101/07, nos termos das três emendas aditivas em anexo.

Quanto ao mérito, entendo que o projeto de lei em análise é oportuno e pertinente. De fato, sem que haja a determinação legal para que as repartições públicas e propriedades privadas sejam utilizadas para a recepção dos materiais de votação, os juízes eleitorais ficam dependendo da boa vontade dos responsáveis pelos imóveis para continuar a utilizá-los após o encerramento da votação.

Creio que a proposição em comento oferece uma solução simples e eficaz, mantendo a ordem e paz no processo eleitoral, evitando constrangimentos e atritos desnecessários.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.712, de 2014, e, no mérito,

pela sua aprovação, com a adoção das três emendas de técnica legislativa oferecidas em apenso.

Sala da Comissão, em de junho de 2015.

Deputado LINCOLN PORTELA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 7.712, DE 2014**

Altera o art. 137 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

EMENDA ADITIVA Nº 1

Insira-se, à frente do comando do projeto de lei em epígrafe, a articulação numerada “Art. 1º”.

Sala da Comissão, em de junho de 2015.

Deputado LINCOLN PORTELA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 7.712, DE 2014**

Altera o art. 137 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

EMENDA ADITIVA Nº 2

Acrescentem-se, ao final do art. 137, alterado pelo art. 1º do projeto de lei em epígrafe, as letras “(NR)”.

Sala da Comissão, em de junho de 2015.

Deputado LINCOLN PORTELA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 7.712, DE 2014**

Altera o art. 137 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

EMENDA ADITIVA Nº 3

Acrescente-se ao projeto de lei em epígrafe o seguinte art. 2º:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, em de junho de 2015.

Deputado LINCOLN PORTELA
Relator